

## 4

### A formação e dissolução da conjugalidade

O estudo da conjugalidade produziu uma imensa literatura altamente significativa para a compreensão da dinâmica conjugal. Diversos enfoques foram adotados fornecendo teorias e contribuições às abordagens e modelos terapêuticos. Ultrapassaria em muito os objetivos deste trabalho uma revisão completa destes estudos. Assim, abordaremos, principalmente, os trabalhos que poderiam contribuir para a compreensão dos padrões de formação e dissolução da conjugalidade, como um processo sistêmico.

A formação da conjugalidade, na visão sistêmica, é um processo complexo, envolvendo diversos níveis do relacionamento e contextos que resultam na definição psicossocial de uma relação afetiva estável. Autores de estudos sobre a família, como Berger e Kellner (1964), Veiga da Silva (2001) e Grandesso (2000) abordam a conjugalidade como um processo de construção de uma realidade comum. Cada parceiro ao se engajar na relação a dois experimenta uma reconstrução de sua realidade individual, criando referências comuns e uma identidade conjugal.

Esta relação é construída a partir de trocas verbais e não verbais entre os parceiros que coordenam suas ações no universo social de significado, comprometendo-se com a construção de uma história comum, na qual as mudanças na pauta de ação de um dos cônjuges afeta o outro, convidando a ações recíprocas:

Cada definição do cônjuge sobre a realidade deve ser continuamente correlacionada com as definições do outro, que passa a estar presente em praticamente todos os horizontes da conduta cotidiana. (Veiga da Silva, 2001, p. 44).

No imaginário social, evoca-se a idéia do casal como um par associado por vínculos afetivos e sexuais de base estável, com um forte compromisso de apoio recíproco com vista a formar uma nova família incluindo, se possível, filhos.

A relação conjugal dá-se, portanto, dentro de um contexto sócio-histórico e também familiar no qual o indivíduo, ao se socializar, internaliza pautas de ação social complexas. Tais pautas dizem respeito desde a aspectos do processo de socialização primária a processos secundários.

Assim, a relação tem início como a criação de um território comum onde começam a ser compartilhadas experiências que valorizam a relação com pautas de interação significativas ao casal, mas relativizadas pela experiência de construção psicossocial de cada indivíduo.

O aspecto de formação da conjugalidade deve ser visto como contínuo e não meramente envolvendo as fases iniciais de engajamento amoroso, pois são os padrões de relacionamento que mantêm a relação ao longo do tempo, permitindo que resista a diversas circunstâncias e às mudanças previsíveis e as imprevisíveis do ciclo de vida.

A dissolução da conjugalidade é abordada na perspectiva sistêmica, por outro lado, como um processo no qual os padrões de manutenção da relação conjugal são modificados, até o momento em que a relação não pode ser mais definida, pelos cônjuges, como uma relação conjugal. Esta definição é sempre feita em relação à realidade psicossocial na qual os significados de ação e afeto são remetidos (Veiga da Silva, 2001). Assim a ruptura conjugal demonstra ser catastrófica, no sentido de que o passar do estado no qual os indivíduos são cônjuges, para o estado no qual não mais se definem assim, é abrupto e descontínuo. Porém, esta mudança envolve um longo processo que pode durar anos com diferentes fases.

Dois eixos aparecem na literatura, organizando os estudos sobre os processos da dinâmica conjugal, em relação aos processos de formação e dissolução da conjugalidade: o da satisfação/insatisfação conjugal e o da estabilidade/instabilidade conjugal. Estes construtos têm um desenvolvimento histórico longo que se fundamentam em descobertas advindas da aplicação de diferentes metodologias, perpassando diversos referenciais teóricos. E, não só têm definido a principal linha de inquirição teórica, como são respostas a uma demanda social por casamentos estáveis e satisfatórios. Além disto, têm também orientado o estudo de outros construtos relacionados, que serviriam de marcadores de sua presença e preditores de seu desenvolvimento (Gottman, 1998).

A discussão teórica destes construtos é obviamente diferente da discussão sobre a busca irrefletida de manutenção do laço conjugal a qualquer preço, ou a custo de tecnologias psicológicas, como parece se dar em algumas escolas e métodos de prevenção de divórcio (Gurman e Fraenkel, 2002; Gottman e Notarius, 2002). Em todo caso, examinar o desenvolvimento destes estudos, sobre a psicologia do casal, nos permite compreender a origem destes conceitos, bem como os diferentes vieses que têm tomado.

#### 4.1

#### **Estudos sobre a psicologia do casal**

Os estudos sobre a conjugalidade desenvolveram-se no século XX, seguindo as tendências metodológicas e teóricas que dominavam o campo da Psicologia da época e acompanhando os paradigmas de pesquisa então dominantes em diferentes grupos. A necessidade, no início do século XX, de fundamentar as intervenções terapêuticas foi o principal motivador para realização destas pesquisas, pois o uso de intervenções baseadas em pouco mais do que bom senso, tornava a prática de atendimentos a casais precária (Gurman e Fraenkel, 2002).

Podemos balizar o desenvolvimento dos estudos sobre a conjugalidade no desenvolvimento de diferentes metodologias de pesquisa, refletindo mudanças tanto na concepção teórica da conjugalidade, como no desenvolvimento de técnicas de investigação (Gottman e Notarius, 2002).

É possível discernir vários momentos na pesquisa da conjugalidade tanto pela pergunta que orientava a pesquisa, como pelo contexto teórico e a metodologia empregada nas pesquisas. Estes estudos parecem ter influenciado o desenvolvimento das abordagens de Terapia de Casal e, reciprocamente, foram também influenciados por elas (Gurman e Fraenkel, 2002).

Durante a primeira metade do século XX, predominavam na Psicologia métodos de investigação, influenciados pelo paradigma newtoniano-cartesiano, que focavam as características do indivíduo enquanto um processo monádico. Predominava uma visão individualista da psicologia, e a abordagem terapêutica da questão conjugal era o Aconselhamento Matrimonial, orientado pelos modelos,

ainda incipientes, de Psicoterapia de Casal Psicanalítica, que possuíam, retrospectivamente, muitas limitações metodológicas e teóricas.

A pressuposição era de que os fenômenos sociais, como o casamento, seriam resultado dos efeitos das características individuais combinadas. Portanto, as perguntas de pesquisas iniciais giravam ao redor de quais características de personalidade ou do indivíduo estariam relacionadas com os casamentos felizes. Os métodos de pesquisa utilizados pressupunham que o indivíduo é quem poderia dar o melhor relato de si-mesmo.

Era natural, portanto, que se utilizassem relatos obtidos dos próprios sujeitos sobre sua personalidade. Obviamente, em retrospectiva, tais métodos parecem ingênuos e pouco adequados para responder até mesmo o que propunham. É importante notar que, no início do século XX, métodos mais elaborados tanto quantitativos como qualitativos ainda estavam por se desenvolver e difundir.

A primeira pesquisa publicada sobre conjugalidade parece ter sido o livro de Terman, Butterwiser, Fergunson, Johnson e Wilson, de 1938, que se desenvolvia ao redor da pergunta: “Qual a diferença fundamental entre casais felizes e infelizes?”.

Seguindo o paradigma da época Terman et al. (1938) buscaram explicar esta diferença nos traços de personalidade que seriam as causas do sucesso ou insucesso da relação. O uso ingênuo de auto-relato sobre as suas próprias características era considerado adequado para descrição da personalidade, não sendo encontrando nenhum perfil ótimo de personalidade relacionado com a satisfação conjugal.

Nas três décadas seguintes as pesquisas concentram-se inteiramente no uso de auto-relatos e análise do funcionamento conjugal variando ao redor das questões iniciais de Terman e al. (1938), incluindo estabilidade e satisfação conjugal (Hicks e Plats, 1970). Pouco avanço foi feito nas primeiras décadas, apenas incluindo-se nas pesquisas a avaliação da personalidade de um cônjuge através do relato do outro. Contudo, parece claro que o que se avaliava, de fato, não eram traços de personalidade.

Até a década de 1950 as pesquisas sobre conjugalidade eram realizadas quase inteiramente por sociólogos, para os quais ficava cada vez mais claro que qualquer relação entre as medidas obtidas através dos relatos tornava-se

significativa se houvesse um número suficiente de relatos na pesquisa, revelando a fragilidade metodológica de tais pesquisas.

O uso do mesmo método de avaliação para medir dois diferentes construtos tende a indicar uma correlação, que pode não aparecer caso sejam utilizados diferentes métodos de avaliação para cada construto (Gottman e Notarius, 2002).

Todavia, estes estudos levaram a descoberta dos dois primeiros fenômenos replicáveis encontrados na pesquisa sobre conjugalidade: o efeito halo positivo e negativo. Isto é, em casamentos felizes os traços da personalidade, na descrição do parceiro, tendem a ser realçados e valorizados, enquanto que nos casamentos infelizes tendem a serem avaliados como prejudiciais e negativamente notados (Gottman e Notarius, 2002). Descobriu-se, portanto, que não eram os traços de personalidade que estariam relacionados com a satisfação conjugal, mas a percepção do parceiro pelo cônjuge.

Novos estudos sobre a satisfação conjugal começaram a ser realizados à medida que se desenvolveram normas e testes para as dimensões da conjugalidade. Burgess e Walin em 1953 realizaram um estudo longitudinal sobre a satisfação conjugal, descobrindo que para a maior parte dos casais, o início do casamento, logo após a lua de mel, é o período de maior felicidade e satisfação conjugal, ocorrendo a partir daí um declínio lento, firme e considerável.

Estudos transversais, por outro lado, apontavam que o relacionamento conjugal tende a se deteriorar a partir do nascimento dos filhos, atingindo o pior momento na meia vida, e começando a melhorar apenas quando os filhos deixam a casa dos pais. Hicks e Platts (1970) em sua revisão afirmam: *“Talvez a única e mais surpreendente descoberta destas pesquisas é que crianças tendem a prejudicar mais do que contribuir para a felicidade conjugal.”* (p. 569).

Embora exista muito debate sobre este ponto, a maior parte dos estudos realizados na década de 1980 e 1990 indica que a saída dos filhos inicia não um período de maior carinho e proximidade, mas um período de estresse e declínio na satisfação conjugal (Belski e Kelly, 1994).

Na década de 1950, uma importante mudança paradigmática ocorreu com a publicação do trabalho de Bateson, Jackson, Haley e Weakland (1956) sobre o duplo-vínculo, que pode ser considerado o início da perspectiva interacional, com importantes conseqüências para a pesquisa acerca da conjugalidade. A pergunta

mudou para: quais padrões de interação estão presentes em casais funcionais, e quais nos disfuncionais?

Os padrões disfuncionais poderiam agora ser observados, assim como seu impacto comunicacional, pela análise da interação do casal em seus aspectos verbais e não-verbais das mensagens enviadas e recebidas. E estes padrões teriam importantes implicações no aparecimento dos esquemas de pensamento disfuncional, desordens do pensamento, alteração da afetividade e de comportamentos.

A perspectiva interacional focava simultaneamente o comportamento, enquanto comunicação, e na cognição, exigindo métodos observacionais e foco no processo em desenvolvimento (Watzlawick et al., 1981).

O artigo inicial de Broderick (1970) na revista *Journal of Marriage and Family*, o primeiro periódico voltado para clínicos e pesquisadores da área, buscou introduzir a perspectiva sistêmica para pesquisadores sociais, marcando a mudança de foco.

Ao mesmo tempo, na Psicologia Social uma importante reviravolta também ocorria com a introdução de estudos com ênfase no aspecto interacional. A obra de Thibaut e Kelly (1959) propunha a descrição das interações sociais em termos de uma matriz de trocas de custo e benefício, uma clara referência e inspiração na teoria de jogos de Von Neuman. Estes autores propuseram que o repertório de trocas entre duas pessoas pode ser listado e associado a custos e benefícios particulares, definidos pelo relacionamento, possibilitando uma abordagem matemática da relação em andamento.

No final dos anos de 1960 e início da década de 1970, diversas sugestões, vindas de observações em situações clínicas, surgiram sobre o que seria disfuncional no comportamento interacional e na cognição social do relacionamento conjugal.

Na área conjugal, a leitura de mente foi identificada pelo grupo do MRI (Watzlawick et al., 1981), na qual se atribuía ao parceiro percepções, pensamentos, sentimentos e interpretações sem nenhuma base; ou se esperava que o parceiro agisse de uma certa forma, sem nenhuma informação explícita ao parceiro sobre o que espera. Jackson (1968), por outro lado, desenvolveu hipóteses sobre o relacionamento conjugal ao redor da hipótese do “quid pro quo”.

E cada escola de Terapia de Família e Casal e grupo de pesquisadores apresentou suas hipóteses sobre o que seria disfuncional na relação conjugal:

- Casais com escalada de discussões em conflitos (Raush et al, 1974).
- Evitar discussões de conflito no casamento ou manter discussões sobre assuntos triviais (conflito simbólico) (Raush et al, 1974).
- Uma estrutura de dominância na relação conjugal (Gottman, 1979).
- A falta de uma estrutura de dominância (Kolb e Strauss, 1974).
- O padrão de demanda/retirada ou perseguidor/distanciador (Watzlawick et al. 1981).
- Não ser capaz de modificar o comportamento do cônjuge (Jacobson e Margolin, 1979).
- Poucos recursos para situação de solução de problemas (Jacobson, 1989).
- Leitura de mente ou supor e atribuir ao cônjuge motivos ou comportamentos (Watzlawick et al., 1981).
- Não meta-comunicar (Bateson et al., 1956).
- Necessitar de complementaridade (Wynnie, 1958).
- Casamento começa feliz, mas o tempo reforça sua erosão levando à insatisfação (Jacobson e Margolin, 1979).
- Projeção dos conflitos intrapsíquicos (Scharff e Scharff, 1991).
- Neurose familiar primária (Meissner, 1978).
- Ausência de igualitarismo no casamento levando à disfuncionalidade (Schwartz, 1994).

Como veremos, muitas destas hipóteses foram refutadas em estudos controlados, algumas se revelaram fecundas e outras ainda não foram suficientemente pesquisadas (Gottman, 1998).

Na década de 1970 duas abordagens pareciam promissoras no estudo da conjugalidade, o estudo dos padrões interacionais e a cognição social sobre a própria interação. Em 1974, Raush, Barry, Hertl e Swain utilizaram ambas as perspectivas em um estudo longitudinal, através da transição para a paternidade. Usando situações de conflito improvisadas e avaliando-as, através de uma forma de análise seqüencial fundamentada na Teoria de Informação Multivariada, obtiveram um padrão de interação que sugeria um esquema cognitivo associado.

Propuseram uma meta-teoria, o Probabilismo Adaptativo, que pretendia ser uma mudança de uma visão determinista do comportamento interativo para uma probabilística. Porém, não utilizaram um método separado para estudar as matrizes de custo benefício, empregando, em vez disto, jogos interativos.

Pesquisas utilizando-se de padrões interacionais semi-estruturados, os jogos interativos, foram desenvolvidas em alguns estudos para observar as matrizes de custo benefício nas interações conjugais (Ravich, Deuth e Brown, 1966; Strauss, Tallman e Simfam 1971; Gergen, 1969). Contudo, o comportamento nestes estudos era tão constrangido que eles tendiam a não detectar os padrões da interação do casal em outras situações, sendo portanto de limitada validade (Gottman e Notarius, 2002). A ausência de correlação entre a situação nestes jogos e a interação do casal também sugeria que muitos casais com dificuldades eram muito competentes na comunicação e negociação soluções de conflito, mas que simplesmente não o faziam nas situações conjugais.

Uma das mais importantes conclusões do estudo de Raush et al. (1974) era de que, quando a interação era observada, a distinção na qual mulheres seriam mais expressivas e os homens mais instrumentais em seu estilo relacional, simplesmente não se sustentava. Mulheres eram altamente instrumentais e homens usavam de sua expressividade, as diferenças de gênero não eram tão claras. Porém, Raush et al. (1974) concluíram que durante a gravidez, de fato, as mulheres tornam-se mais coercitivas e os homens mais conciliatórios, mas tal diferença desaparecia com o nascimento do bebê.

De fato, Tannen (1990) e Aires (1976), ao tratar das diferenças de linguagem entre homens e mulheres, no local de trabalho, nunca sustentaram que a predominância do estilo instrumental para os homens e do estilo expressivo para as mulheres, ocorreria também nas famílias e interações conjugais.

Gottman e Notarius (2002) sustentam que a linguagem das mulheres durante um conflito conjugal tende, não a facilitar, reconciliar ou manter os laços conjugais mas, em vez disto, a ser forte, assertiva, persuasiva, dura e definitiva. Pesquisas indicam que as mulheres começam ao redor de 80% das discussões conjugais e normalmente não são reticentes quanto à apresentação do problema, suas conseqüências ou como gostariam de vê-lo solucionado (Ball, Cowan, e Cowan, 1995), pelo menos na cultura norte-americana.



Outra importante influência na emergência da abordagem interacional foi a Teoria Geral dos Sistemas, de Von Bertalanffy (1977), que estimulou clínicos e pesquisadores a abordar as interações sociais e familiares como um padrão geral de interação que poderia ser compreendido através da perspectiva das propriedades emergentes dos sistemas.

Os padrões disfuncionais familiares seriam, portanto, decorrentes de uma situação sistêmica e não seriam previsíveis a partir das propriedades ou qualidades de cada participantes do sistema. O que a princípio reduziria muito a utilidade de pesquisas sobre traços de personalidade na conjugalidade.

Mas o que seria um padrão disfuncional? Os teóricos responderam que seriam os padrões que impediriam o desenvolvimento saudável e que seriam: mensagens de dupla vinculação (Watzlawick et al. 1981), pseudomutualidade (Wynne et al. 1958), mistificação (Laig e Esterson, 1962), entre outros.

Olson (1970), em sua revisão sobre o campo da Terapia de Casal, observou que estes conceitos foram desenvolvidos a partir do estudo de famílias com membros esquizofrênicos e que não possuíam base empírica para serem generalizados para as situações conjugais. Contudo, estas idéias sobre o que era ou não funcional levaram a novas pesquisas sobre a conjugalidade.

Na década de 1970, setenta pesquisadores comportamentais e de crianças entraram no campo de pesquisa conjugal, equipados com métodos de pesquisas interacionais que permitiam a observação e codificação de complexas interações. Um importante passo foi o uso do método de observação interacional combinado com o uso de métodos de auto-relatos. Uma abordagem quantitativa e qualitativa da relação, e que também levou ao estudo do contexto da interação, uma idéia que jamais surgiria do estudo dos traços de personalidade independente.

Esses métodos, quando aplicados ao estudo de casais e famílias, levaram a resultados que não confirmaram as hipóteses interativas de disfuncionalidade baseadas em observações clínicas. De modo geral, as pesquisas mostraram que famílias com problemas não eram caracterizadas por um número maior de mensagens de duplo vínculo, nem tampouco por mensagens contraditórias em níveis verbais e não-verbais ou por poucas mensagens metacomunicacionais (Jacob e Lesin, 1983; Jacobson e Adis, 1993; Jacob, 1987). Ao invés disto, um grande corpo de evidências tende a suportar a idéia que famílias com problemas e

casais infelizes eram simplesmente mais negativos emocionalmente e mais tendentes a ser reciprocamente negativos que o caso de famílias e casais felizes (Gottman, 1998; Gottman e Notarius, 2002).

Os dados empíricos da pesquisa interacional sugeriram, na década de 1970 e 1980, uma profunda mudança da perspectiva original de interpretação da Teoria Geral dos Sistemas de um foco nos aspectos de mensagens e *feedback* cibernéticos da primeira ordem para a importância do afeto e da subjetividade. O terapeuta de família e casal, ao invés de ser um engenheiro cibernético, deveria ser um ser emocionado capaz de viver e interagir emocionalmente com seus clientes. Contudo, infelizmente, como apontam Gottman e Notarius (2002): “*Poucos pesquisadores e terapeutas estavam muito interessados no estudo sobre a emoção, nem eram conhecidos por pesquisar emoções.*” (p. 165).

Talvez a maior exceção seja o modelo de “Terapia Focada na Emoção” de Greenberg e Johnson (1988), porém, como veremos ao longo deste trabalho, o estudo sobre as emoções convidou à focalização de pesquisas em aspectos do relacionamento conjugal, satisfação, estabilidade, e acerca do funcionamento do sistema nervoso autônomo e endócrino revelando insuspeitadas relações. De fato, descobriu-se que o mais importante preditor de longevidade, saúde e doenças é a qualidade das relações íntimas, particularmente das amizades e relação conjugal, e que são os padrões emocionais que permitem essa predição e compreensão da correlação (Berkman e Breslow, 1983; Berkman e Syme, 1979; Friedman, Tucker, Schartz e Tomilson, 1995).

Apesar da importância da emoção no relacionamento conjugal ela tem sido negligenciada. A tendência atual de pesquisa parece focar os aspectos ligados à cognição ou os aspectos sociais como núcleo de pesquisa. Porém, a importância dos afetos não pode ser negada, pois, mesmo no mais puro estudo de processo atribucional, as pesquisas apontam para o que é interpretado como uma distorção do processo cognitivo, provocada pelo sentimento que acompanha o sofrimento conjugal, o que parece ser uma redescoberta do efeito halo que acompanha casamentos felizes ou infelizes (Gottman e Notarius, 2002).

Outro conceito do estudo de relações sociais aplicado ao estudo de casais é o de poder, embora tenha se mostrado de difícil aplicação. Broderick (1993) resume, em sua revisão, o estado de arte deste campo ao afirmar:

Literalmente centenas de estudos têm sido feitos sobre o poder na família, o que, quem controla, a custo de quem. A questão tem se mostrado complicada e elusiva. Como resultado a literatura acadêmica sobre o poder na família é volumosa, complexa e sempre contraditória. (p. 164).

Os estudos sobre poder tendem a se organizar ao redor da noção de conflito como indicativo da presença do poder e de sua disfunção, contudo, é difícil, em situações observacionais com métodos etológicos, descrever padrões de interação conflitivos e suas conseqüências.

Outras abordagens para o estudo do poder tendem a focar padrões de troca relacional com tomadas de decisão, uso de recursos da família, diálogos, coalizão, alianças na família, mas seus resultados são contraditórios (Broderick, 1993).

O estudo dos afetos, como padrão de controle e influência recíproca, é outra direção de pesquisa surgida a partir da proposta de um modelo matemático teórico feito por Rapaport (1960, 1972). A idéia básica da nova abordagem é definir o poder em termos da habilidade que o afeto de uma pessoa teria de alterar o afeto de outra pessoa. Esse desenvolvimento pode ser visto como uma reaproximação da proposta inicial de von Bertalanffy (1968) que propunha o uso de modelos matemáticos para descrição de sistemas. Este modelo utiliza-se de equações lineares, e de modo problemático, não apontava como realizar medições para sua aplicação, podendo ser considerado apenas como um estudo teórico.

Uma nova abordagem tem sido feita nos anos recentes utilizando-se de equações não lineares e dados empíricos, advindos do uso de observações e auto-relatos (Cook, Tyson, White, Rush, Gottman e Murray, 1995; Gottman, Swanson e Murray, 1999), com importantes desdobramentos em relação à compreensão de processos de satisfação e dissolução de conjugalidade (Gottman e Notarius, 2002).

A década de 1970 assistiu a uma grande onda de pesquisas e desdobramentos teóricos no campo de pesquisa da conjugalidade. As pesquisas mostravam relevantes desdobramentos na avaliação da importância do estudo dos gêneros, do estudo de padrões interacionais conjugais, do uso de técnicas observacionais com grande atenção a questões metodológicas (Sapner e Lewis, 1980).

O estudo da violência, iniciado na década de 1960 e, que tendia a ver o fenômeno como raro e relacionado apenas a pessoas mentalmente perturbadas ou

de baixa classe social, revelou a violência nas famílias e casais e mostrou que não poderia ser explicada somente em termos de fatores psicológicos individuais ou sociais.

Diferenças culturais e de raça começaram a ser estudadas. Famílias e casais minoritários (monoparentais, gays, lésbicas, transexuais) começaram a ser reconhecidos como objeto legítimo de estudo e valorizados em sua especificidade e não como anomalias (Gottman e Notarius, 2002). O fenômeno do divórcio, do abandono, do recasamento (Macklin, 1980), e de famílias de idosos (Streib e Beck, 1980) receberam atenção.

Na década de 1980, a satisfação conjugal continuava a ser um tópico de estudo com o aumento de pesquisas longitudinais e amostras maiores e mais representativas (Gottman e Notarius, 2002).

Muitos estudos, como as revisões sobre temas demonstram, começaram a aparecer revelando um corpo de pesquisas sobre:

- A queda da satisfação conjugal após o nascimento de filhos e, estudos mais detalhados sobre a comunicação conjugal (Noller e Fritzpatrick, 1990).
- O aparecimento de perspectiva feminista (Ferree, 1990).
- Dissolução conjugal e conseqüências do divórcio (Kitson e Morgan, 1990)
- As questões ligadas ao recasamento e famílias adotivas (Coleman e Gangong, 1990).
- Famílias com adolescentes (Gecas e Seff, 1990).
- Famílias no fim da vida (Brubaker, 1990).
- Violência doméstica e abuso infantil (Gelles e Conte, 1990).
- Do impacto da família na saúde e na longevidade (Kiecolt-Glaser et al. 1994)
- Sofrimento econômico (Menaghan e Parcel, 1990).

Estes estudos em conjunto permitiram a formação de teorias sobre o ciclo de vida familiar, como enquadre para compreensão dos processos envolvendo famílias e casais (Stern-Peck, Manocherian, 1995).

Assim, muitos pesquisadores engajaram-se no estudo dos padrões ligados à transição dos casais através dos ciclos de vida familiar. A pergunta fundamental

era: como os casais interagem nestes ciclos e qual o efeito desta interação sobre a conjugalidade? Muitos dos avanços e descobertas sobre estes pontos vieram do desenvolvimento de novas tecnologias e métodos de pesquisa que possibilitaram abordar os aspectos interacionais.

O estudo da interação gerou importantes desdobramentos com a introdução do uso de computadores para a análise de padrões e de *vídeo tapes*. A combinação destas tecnologias permitiu a sincronização de dados fisiológicos com a interação em andamento, a observação da interação entre esposos, e o uso de play-back tornaram possível sincronizar a percepção e cognição dos esposos sobre a interação.

Assim, a tecnologia viabilizou o estudo, de modo sincronizado, da dinâmica do jogo relacional entre comportamento, cognição, fisiologia e contexto social. As pesquisas revelaram um importante fato:

Pesquisadores descobriram que o estudo isolado do comportamento, cognição ou fisiologia sem o cuidadoso estudo de suas interdependências, iria severamente limitar sua possibilidade de mapear descobertas sobre o mundo interacional real dos casais estudados. (Gottman e Notarius, 2002, p. 168).

Avanços no estudo de casais também foram realizados com o desenvolvimento de metodologias de codificação de padrões interacionais para avaliação da interação em andamento. Foram desenvolvidos diversos sistemas de codificação em diferentes níveis de complexidade. Inicialmente foram propostos códigos de microanálise que, contudo, revelaram pouco alcance e utilidade em pesquisas sobre construtos ligados à conjugalidade (Gottman e Notarius, 2002).

Grande interesse foi dado ao desenvolvimento de sistemas de codificação global com o objetivo de melhor descrever os padrões de interação em andamento (Floyd, 1989). Sistemas de codificação foram desenvolvidos como o CRAC (*Clínican Rating of Adult Communication*) proposto por Basco Birchler, Kalal, Talbot e Slater, (1991) entre muitos outros.

Comparações realizadas entre os primeiros sistemas de codificação macroscópicos encontraram usualmente convergência moderada (Belanger Sabourin, Laughrea, Dulude e Wright, 1993), o mesmo ocorrendo nas

comparações entre codificação macroscópicas e microscópicas (Juliam, Markman e Lindahl, 1989).

Como alternativa a esta situação, Heyman, Eddy, Weiss e Vivian (1995) propuseram um método para o desenvolvimento de criar categorias mais globais a partir de uma análise fatorial. Usando *vídeo tapes* de 950 casais em interação conflitiva, analisados através de um método microanalítico, o MICS (Weiss e Tolman, 1990), os autores encontraram fatores salientes que eram: hostilidade, discussão construtiva de problemas, humor e discussão responsável. Esta análise revelou importantes diferenças com sugestões de códigos globais derivados do MICS (Weiss e Tolman, 1990).

Um método alternativo de codificação foi proposto por Gottman e Levenson (1992). Este inclui análise de expressões faciais, através do *Emotion Facial Action Coding System (EMFACS)* (Ekman e Friesen, 1978), uso de *Micro Interaction Couple System (MICS)* em uma versão de codificação mais rápida (Krokoff, Gottman e Hass, 1989), e um código de análise de expressão afetiva o *Specific Affect Coding System (SACS)* (Gottman, McCoy, Coan e Colier, 1996), delineando expressões em nível macroscópico de raiva, tristeza, medo.

A grande precisão deste método permitiu a descoberta do que até agora é o único preditor efetivo conhecido de estabilidade e satisfação conjugal entre casais pré-conjugais até 4 anos de relação: a intensidade de afeto positivo entre os noivos (Gottman, Coan, Carrere e Sawnson, 1998).

Na década de 1990, o uso de métodos de estudo quantitativo de padrões de interação entre os membros dos casais, ao longo do tempo, tem revelado interessantes padrões na conjugalidade.

Griffin (1993) propôs um método que permite o estudo de como um evento na história do casal pode ser aplicado para estudar as avaliações subjetivas das interações de um casal. Os casais, neste experimento, tinham duas conversações, sucessivas gravadas. A primeira sobre uma memória agradável e a segunda sobre um conflito. A seguir foram convidados a assistir à interação e avaliar seus sentimentos durante os eventos, em uma escala de afetos, momento a momento. A auto-avaliação foi utilizada como foco do estudo.

Este autor descobriu que as esposas mantinham um estado negativo de afeto por mais tempo que os maridos, em particular, em relação à tarefa, o problema

conjugal em foco. O tempo de mudança do afeto negativo era determinado pela educação das esposas, pelo seu grau de satisfação conjugal, e duração prévia do afeto negativo.

Já, para os maridos, o que os faz permanecer em um estado emocional negativo é o tempo de vivência no estado negativo durante a interação. Assim, parece que as esposas são mais sensíveis a uma avaliação global do relacionamento conjugal que os maridos, sendo que estes parecem responder mais a interação em andamento.

O desenvolvimento destes métodos contribuiu para o estudo de processos conjugais relacionando estudos de corte de amostras transversais e construção de hipóteses em estudos descritivos, gerando modelos para predição no curso do relacionamento ao longo do tempo. Esses estudos fundamentam-se na percepção da relação conjugal como um processo ao longo do tempo em ciclos desenvolvimentais com transições previsíveis e contínuas e com rupturas em processos descontínuos (Hoffman, 1995).

É intuitivo supor que os padrões interacionais que caracterizam o engajamento dos casais nas diversas fases do ciclo familiar, recém-casados, novos pais, meia-idade, ninho vazio e avós, sejam marcados com as qualidades únicas que possibilitaram ao casal adaptar-se e enfrentar estas importantes tarefas existenciais (Stern-Peck, Manocherian, 1995). Pesquisadores interacionais buscaram mapear os processos críticos que marcam essas transições desenvolvimentais. Estudos têm sido feitos com o objetivo de demarcar estas transições como a formação e dissolução da conjugalidade em diferentes momentos do ciclo de vida familiar.

## 4.2

### **Marcadores e preditores da formação da conjugalidade**

A satisfação conjugal é o principal construto envolvido no estudo da construção e manutenção da conjugalidade. De fato, ao seu redor tem sido produzida grande quantidade de pesquisas significativas para a compreensão da manutenção ou dissolução da conjugalidade. Na década de 1990, surgiram

diversos estudos sobre o tema, seguindo diversas orientações teóricas e metodológicas.

A lógica da justificativa do estudo da satisfação conjugal fundamenta-se na centralidade da experiência conjugal para o bem-estar do indivíduo e para a família, sendo, ainda, significativo seu impacto na rede social (Bradbury, Fincham e Beach, 2000). Estes estudos são também importantes por fornecer subsídios para a elaboração de modelos terapêuticos mais adequados ao processo conjugal respondendo a demandas e questões com maior eficácia e eficiência (Bradbury, Fincham e Beach, 2000; Gottman e Notarius, 2002).

Além disto, as disfunções conjugais respondem por mais da metade das queixas na clínica psicológica, sendo os modelos para sua compreensão orientados mais pelo estudo das disfunções psicossociais da relação. Assim, são pouco compreendidos os aspectos ligados à satisfação conjugal relacionados a sua importância na manutenção do vínculo conjugal, na prevenção de sofrimento psicológico, de agravamento de transtornos psiquiátricos pré-existentes ao relacionamento e para o surgimento de novos distúrbios (Gurman e Fraenkel 2002).

Podemos concordar com Bradbury, Fincham e Beach (2000) ao afirmarem que:

O estudo sistemático da satisfação conjugal permanece vital e a significância social de estudar como e porque casamentos variam na sua qualidade e adequação apenas pelo complexo conjunto de fatores que devem ser considerados. (p. 965).

Os estudos da satisfação conjugal têm se dispersado em uma vasta e complexa literatura que aborda diversos focos, abordando aspectos demográficos, psicossociais, fatores psicológicos, como traços de personalidade, saúde, psicopatologia, estilos de parentalização, pesquisas desenvolvimentais e em diversas combinações destes enfoques. A conceituação de satisfação conjugal tem acompanhado também os vieses teóricos e metodológicos, do Aconselhamento Matrimonial, da Psicanálise, da Teoria Sistêmica e de enfoques psicossociais herdando suas contribuições e dificuldades. Contudo, alguns aspectos destacam-se em relação à construção de modelos de padrões de desenvolvimento da conjugalidade. No entanto, é necessário primeiramente rever o desenvolvimento



do conceito de conjugalidade e de seu uso nas pesquisas contemporâneas para, em seguida, abordar dois aspectos seminais destes estudos: as pesquisas sobre a interação do casal e das ecologias e contextos socioculturais onde os casais operam, para finalmente abordar os processos de avaliação da satisfação conjugal.

O construto da satisfação conjugal foi provavelmente um dos primeiros desenvolvidos, ainda ingenuamente, pelo movimento do Aconselhamento Matrimonial. Ancorava-se na visão de que um casamento satisfatório seria necessariamente um casamento estável. Durante as primeiras décadas do século XX, o método de estudo sobre a satisfação conjugal foi o auto-relato de cada um dos cônjuges separadamente, procurando traçar uma relação entre personalidade e satisfação conjugal ou de combinações possíveis de estilos que seriam adequados (Broderick e Schrader, 1991). Um exemplo desta abordagem é o conceito de ajustamento conjugal que foi proposto como:

uma adaptação entre marido e mulher ao ponto onde existe companheirismo, concordância sobre valores básicos, intimidade afetiva, acomodação, euforia e certamente outros valores não identificados. (Locke e Williamson, 1958, p 569).

Com a ascensão da abordagem psicanalítica, o foco teórico mudou para processos inconscientes de organização psíquica e satisfação recíproca de necessidades e desejos.

Durante a emergência do movimento de Terapia Sistêmica de Casal, o foco passou a incluir aspectos da interação conjugal como parte da descrição do que seria funcional em um casal, sempre em relação ao contexto mais amplo da família. O foco deslocou-se de traços ou particularidades do indivíduo para a comunicação enquanto foco de estudo (Watzlawick et al., 1981). Os aspectos interacionais passaram a fazer parte da descrição da estrutura emocional do casal e métodos de estudo específicos foram desenvolvidos envolvendo a observação do casal:

Estudar o que as pessoas dizem sobre elas próprias não é substituto para estudar como elas se comportam. Questionários e escalas de satisfação e insatisfação conjugal têm proporcionado muito pouco. Nos precisamos olhar o que as pessoas fazem umas com as outras. (Raush et al. 1974, p. 5).

Assim, na década de 1970 alguns modelos sobre a satisfação conjugal foram propostos com base nas poucas pesquisas realizadas até então. O modelo de Miller (1976) procurava descrever o conjunto de fatores que apareciam relacionados com a satisfação conjugal. Neste sentido apontou os antecedentes na socialização como importantes para a realização dos papéis de transição na família, e a duração da convivência com a satisfação conjugal. Esta também seria resultado de uma cadeia de fatores dentre os quais o nível sócio-econômico, o número os anos de casado, que marcaria o número de filhos e o espaço para os filhos.

A definição do que poderia ser considerado satisfatório em um relacionamento sofreu diversas tentativas de definição, algumas muito gerais, como a proposta por Gray-Little e Burcks (1983), que consideraram que a felicidade conjugal é um sentimento de satisfação subjetivo dos cônjuges em relação ao seu casamento como um todo.

Na década de 1980, a diferenciação do relacionamento conjugal como foco de estudo levou ao aparecimento de pesquisas específicas sobre a conjugalidade nos mais diversos contextos, tais como estudos epidemiológicos, socioculturais, interacionais com métodos microanalíticos, interacionais com métodos macroanalíticos, qualitativos e quantitativos (Gottman e Notarius, 2002).

Alguns importantes desdobramentos do estudo da conjugalidade emergiram das pesquisas dos últimos anos, especialmente na década de noventa, convidando a uma reavaliação do construto da satisfação conjugal (Bradbury et al., 2000). Estes estudos apontaram que:

1) Satisfação conjugal não é a ausência do sofrimento conjugal. Existe um crescente reconhecimento que satisfação conjugal não é meramente a ausência de insatisfação com o casamento que se tem, como se implica tipicamente pelo uso em inglês do termo “nondistress couple” ou “casal funcional”, em português, para descrever casais que são satisfeitos com o seu casamento.

O que leva à satisfação conjugal parece não ser simplesmente o inverso do que leva a sofrimento conjugal. Discussões na década de 1990 têm colocado em relêvo o estudo dos atributos dos casamentos que exibem um alto grau de satisfação em longo prazo, uma ênfase crescente nos padrões interacionais, o reconhecimento das dimensões ecológicas e de enquadre sociocultural. Todos apontando para o desenvolvimento de uma concepção de conjugalidade e de

satisfação conjugal que reconheçam as diferenças e as especificidades das dimensões únicas do satisfatório e do insatisfatório nos relacionamentos (Halford, Kelly, Markman, 1977; Cutrona 1996; Kaslow e Robison, 1996).

2) Satisfação conjugal não é um construto simples e relaciona-se com diversos outros. Os primeiros esforços conceituavam a satisfação conjugal como uma avaliação global unidimensional definindo-a, operacionalmente, como uma única dimensão. Esta definição considera que a insatisfação conjugal reflete uma avaliação do casamento na qual os aspectos negativos estariam salientes e os aspectos positivos ausentes. Por outro lado, satisfação conjugal implicaria em uma avaliação com aspectos negativos ausentes e positivos em destaque Fincham, Beach e Kemp-Fincham (1997) argumentam que esta é uma avaliação simplista e que avaliações negativas e positivas podem ser conceituadas e avaliadas como separadas ainda que estejam relacionadas.

3) Satisfação conjugal não é simplesmente a avaliação da relação conjugal, feita pelos cônjuges, em um dado momento, mas o perceber e o sentir, em relação, um processo ao longo do tempo. As avaliações realizadas em diversos pontos revelam uma trajetória que reflete as flutuações na qualidade percebida da relação no tempo. Esta trajetória pode ser computada para cada esposo, usando múltiplas ondas de dados, e os parâmetros de sua trajetória, especialmente sua inclinação ou taxa de mudança no tempo, podem ser examinados em relação a outros fatores. Assim, não é possível compreender totalmente a satisfação conjugal sem a referência a dois ou mais pontos. Essa perspectiva convida a pesquisas com avaliações de múltiplas medidas. Assim, os esquemas de pesquisa tornam-se mais sofisticados, pois se duas medidas supõem, a princípio, modelos lineares, múltiplas medidas necessitam de especificação dos modelos de mudança, muitas vezes não lineares (Wickrama, Lorentz, Conger e Elder, 1997).

3) Satisfação conjugal parece ser mais bem compreendida como uma atitude, mais do que como uma avaliação, em relação ao cônjuge e a relação conjugal. Estudos em relação à satisfação conjugal, entendida como atitude, revelam a idéia que a satisfação pode variar não apenas em grau, mas também em força de sua associação entre a avaliação (satisfação relatada, por exemplo) e o objeto da avaliação (o casamento ou o cônjuge).

Essa associação, ou nível de acessibilidade da atitude, pode ser estudada independentemente da valência da associação. Tais descobertas sugerem que a correlação da satisfação conjugal e o comportamento conjugal podem ser diferentes para aqueles cônjuges com atitudes mais acessíveis, quando comparados com aqueles com atitudes menos acessíveis (Fincham et al. 1997). Isto denota que dois tipos diferentes de processos podem estar relacionados à avaliação da satisfação conjugal.

Esposos com mais acessibilidade de atitude relatariam uma maior satisfação conjugal por estarem engajados em um processo *top-down*, em relação a esposos com menor acessibilidade nos quais predominaria processos *bottom-up* (Bradbury et al. 2000).

Pesquisadores na tradição cognitivo-social têm examinado a maneira pela qual os cônjuges esforçam-se para transformar cognitivamente suas respostas ao comportamento negativo do cônjuge, em outras mais benignas. Como essas transformações envolvem uma carga de esforço, podem resultar, em sua ausência, em mais reações negativas do que teriam de outra forma ocorrido. Como consequência, esta perspectiva sugere que certos contextos estressantes podem exercer um efeito negativo na satisfação com o relacionamento, por interferir com o esforço das transformações cognitivas e, assim, interromper padrões de interações pro-sociais (Yovetich e Rusbult, 1994).

Uma interessante observação encontrada nos modelos Cognitivos Sociais de Assimilação e Efeitos de Contraste ressalta que contextos sociais estressantes podem interferir na satisfação com a relação apenas até certo ponto, além do qual um aumento no estresse leva a um paradoxal aumento agudo na satisfação com a relação (Tesser e Beach, 1998).

Embora estes estudos não tenham sido realizados no contexto de famílias, podem sugerir importantes implicações sobre as relações, o contexto no qual estas ocorrem e a satisfação relatada com as mesmas.

### 4.3

#### Marcadores e preditores da dissolução da conjugalidade

A família é o primeiro contexto social de enquadre da conjugalidade e modelos sistêmicos têm usado tanto o ciclo familiar quanto o nexos familiar para descrevê-la e compreendê-la (McGoldrich, 1995). O divórcio é o maior rompimento no processo de vida familiar com importantes impactos para todos os envolvidos, aumentando a complexidade das tarefas desenvolvimentais e existenciais na fase de realização do divórcio (Stern-Pack e Manocherian, 1995).

O divórcio não se dá, contudo, como um processo simples e os estudos indicam ser um processo que pode durar anos. Diversos modelos descrevem este processo integrando aspectos significativos. Ahrons (1980), por exemplo, descreve um modelo de 5 fases:

Na primeira fase, *Cognição Individual*, pelo menos um dos cônjuges está considerando o divórcio e iniciando o processo de separação emocional mantendo distância através de atividades e envolvimento separados. Este período é freqüentemente caracterizado pelo stress, conflitos, amargura, acusações, desvalorização do parceiro, depressão, ansiedade e reiterada ambivalência quanto à decisão. A existência do envolvimento de um terceiro, nesta fase, pode apressar o processo ou retardá-lo, uma vez que pode tanto ser fonte de apoio emocional externo como de culpa acentuada.

No segundo estágio, a *Metacognição Familiar*, a decisão tomada ou em elaboração é revelada às famílias extensas e, dependendo do sistema de valores e características da família, esta fase pode acrescentar mais dor e sofrimento aos cônjuges. O cônjuge que toma conhecimento da decisão do outro pode sentir-se aliviado, caso esta decisão também esteja sendo elaborada por ele, ou então pode sofrer profundamente. Quanto mais súbita e inesperada for a decisão maior o impacto. Na maioria dos divórcios a decisão de separar é tomada pela esposa, com o marido tipicamente opondo-se à separação. Muitos cônjuges não estão preparados para a situação e experienciam um forte sentimento de baixa auto-estima, impotência e desespero.

No terceiro estágio, *Separação do Sistema*, ocorre a separação concreta. É o momento mais difícil para a família e dependerá muito de como os estágios

anteriores foram manejados. Diversos sintomas podem emergir em função do estresse do processo, aumentando o sofrimento e dificuldade de lidar com a transição. Apesar da raiva e apego, sempre existe um grau de ambivalência, que pode resultar em múltiplas retomadas da relação e novos rompimentos, tornando mais doloroso ainda o processo de separação. Durante este estágio, os cônjuges estão sujeitos a um tremendo tumulto emocional. Fatores psicossociais, antecedentes familiares, condições econômicas e culturais podem minimizar ou piorar a situação. Aspectos positivos podem emergir com a sensação de alívio e descoberta de novas possibilidades. As mulheres relatam tipicamente um sentimento maior de melhoria de qualidade de vida pós-divórcio que os homens.

O quarto estágio, *Reorganização do Sistema*, envolve o processo de deixar claras as novas fronteiras. O processo de separação perturba todos os membros da família. É necessário reorganizar o funcionamento da família com novas atribuições de responsabilidade e papéis. É importante o papel da rede social neste processo. A continuação dos papéis de pais pode ser um forte elemento de estresse e ser vivido com ambigüidade e tentativas de manipulação do outro cônjuge. Em um estudo de famílias divorciadas com filhos, Ahrons (1980) encontrou que 25% dos casais tornaram-se adversários furiosos, 25% sentiam-se sócios zangados, 38% eram colegas cooperativos e apenas 12% dos casais tornaram-se amigos.

No quinto estágio, *Redefinição do Sistema*, começa com uma nova autodefinição da família. Os papéis e fronteiras foram clarificados e todos os membros são incluídos e os pais vivem bem a paternidade com poucos conflitos. Quando existe um relacionamento continuado cooperativo entre os ex-cônjuges a família estabiliza-se mais rapidamente e efetivamente.

Este modelo, como outros, descreve a complexa dança que o casal e a família realizam no momento do processo de rompimento conjugal, mas poucos esclarecem sobre os processos de ruptura da conjugalidade. Estudos sobre os antecedentes dos rompimentos conjugais têm esclarecido esta questão.

Apesar da importância psicossocial da dissolução dos laços conjugais, estudos empíricos sobre seus antecedentes, até a década de 1990, foram bastante raros, sendo feitos, principalmente, sobre fatores epidemiológicos associados à instabilidade conjugal. Foram encontrados fatores como:

- idade: esposas com menos de 18 anos e maridos com menos de 20 (Norton e Glick, 1976);
- gravidez pré-conjugal: tem uma possibilidade duas vezes maior de se separar (Furstemberg, 1976);
- nível de instrução: homens menos instruídos e mulheres mais instruídas têm maior possibilidade de se divorciarem que homens mais instruídos e mulheres menos (Glick, 1984);
- salário: mulheres com maior salário têm uma probabilidade maior de se divorciar do que aquelas com salário mais baixo (Ross e Sanhill, 1975). E quanto maior for o salário da mulher em relação ao do marido, maior será o risco do divórcio (Cherlin, 1979);
- emprego: quando o emprego do marido é instável ou seu salário oscila em relação ao ano anterior, aumenta o risco do divórcio (Ross e Sanhill, 1975);
- nível sócio-econômico: as classes menos favorecidas tendem a correr um risco maior (Norton e Glick, 1976);
- raça: os negros correm um risco maior que os brancos, e nos casamentos inter-raciais os riscos são ainda maiores (Norton e Glick, 1976);
- linha de transmissão transgeracional: o divórcio parece ocorrer mais em determinadas famílias (Mueller e Pope, 1977).

Estudos que descrevem padrões do relacionamento antecedentes à dissolução do laço conjugal foram raros antes de 1980 (Newcomb e Bentler, 1981). Em um estudo sobre os efeitos de variáveis epidemiológicas sobre a separação e o divórcio, Morgan (1988) analisou dados de um estudo longitudinal de 15 anos, realizado pela *Center of Human Resource Research* (1983), com 5083 mulheres das quais 3825 estavam casadas. Foram abordados aspectos de três tipos de separação conjugal: a que levava a reconciliação; as separações de longo termo não resolvidas e a separação que levava ao divórcio. Durante o período de estudo ocorreram 297 separações. Após três anos, novos dados foram coletados e 29,6% destas separações haviam levado ao divórcio, 15,8% haviam se reconciliado, e 28,3% permaneceram separadas. As restantes não participaram da pesquisa, por diversas razões como a viuvez.

A análise estatística realizada, Logit (Swafford, 1980), indicou que variáveis diferentes pareciam relacionadas a episódios de separação, separação seguida de reconciliação e de divórcio. Apenas os fatores, o total dos ganhos familiares e os grupos raciais foram significativamente associados aos índices de divórcio e de separação de longo prazo. O menor nível educacional foi associado à reconciliação. Morgan (1988) sugere que o nível educacional mais baixo poderia aparecer associado ao divórcio por estar envolvido no processo de separação, que normalmente precede o divórcio, mas não parece estar associado à tomada de decisão do rompimento definitivo do vínculo conjugal. De fato, poderia levar à reconciliação uma vez que a mulher poderia sentir-se com poucos recursos pessoais para lidar com o divórcio ou separação prolongada.

Estudos epidemiológicos forneceram as primeiras abordagens do complexo fenômeno do rompimento conjugal, mas modelos mais adequados deveriam abordar, de modo prospectivo, preditores da evolução da relação conjugal.

Estudos sobre a conjugalidade e a experiência subjetiva dos casais foram realizados desde a década de 1980, principalmente através de entrevistas e questionários. Poucos, no entanto, realizaram testes de consistência e validade dos construtos internos ou, apresentaram modelos preditivos e testes de predição. Belsky, Sapien e Rovine (1983) e Cowan e Cowan (1989) foram os dois únicos estudos na década de 1980 que, ao estudar a transição do casal para a parentalidade, tentaram prever os resultados da satisfação conjugal.

Em relação ao rompimento conjugal, quatro estudos foram publicados na década de 1980 Bentler e Newcomb (1978), Block, Block e Morisson (1981), Constantine e Bahr (1980) e Kely e Conley (1987). Todos utilizaram questionários, mas nenhum deles utilizou testes de consistência de validade interna nos questionários ou avaliações interacionais, baseando-se apenas em fatores avaliados de cada esposo. Estes estudos obtiveram fracas ou nenhuma correlação com predições de divórcio, resultando em quadros teóricos empobrecidos. O modelo de análise foi linear, resultando em pouco valor preditivo.

Bentler e Newcomb (1978) notaram que casais, os quais permaneciam casados eram mais similares em relação à idade, interesse em artes e atratividade do que casais separados ou divorciados. Homens separados, neste estudo,



descreviam a si mesmos como mais invulneráveis, extrovertidos e envelhecidos do que aqueles que permaneciam casados. As mulheres separadas ou divorciadas, neste mesmo estudo, descreviam a si mesmas como menos conscientes de suas roupas e menos agradáveis que as casadas.

Constantine e Bahr (1980), em um estudo longitudinal de seis anos, descobriram que os homens que haviam se separado ou se divorciado, tinham maior “orientação interna”, em uma escala de “*locus* de controle”, que os indivíduos que permaneceram casados.

Block, Block e Morrison (1981) estudaram 57 famílias, com crianças de 3 anos e meio, discriminando-as em famílias intactas e divorciadas, e, após 10 anos de acompanhamento, encontraram diferenças nos estilos de escuta às crianças.

Kelly e Conley (1987), utilizando escalas de familiaridade de personalidade, em um estudo longitudinal de 35 anos de estabilidade conjugal, relataram que os homens que permaneceram casados eram mais convencionais, menos neuróticos, tinham maior controle de impulsos que aqueles divorciados. Dados similares foram encontrados para as mulheres, com a descoberta adicional de que as que permaneceram casadas possuíam um maior fechamento emocional e menor tensão em relação à sua família de origem.

Em seu conjunto, esses estudos sugerem que os casais que permaneceriam casados seriam os mais conservadores, com os esposos mais similares em interesses e menos neuróticos. Tais resultados são limitados em vários aspectos e questionáveis metodologicamente. Poderiam estar descrevendo apenas um tipo de casal específico que tende a permanecer casado, enquanto que a emergência de traços neuróticos poderia ser sinal de padrões disruptivos na relação já presentes há mais tempo. Nesses estudos uso de técnicas lineares de análise, como análise da variância, por exemplo, tem também sido questionado pois padrões mais complexos poderiam estar envolvidos.

Pesquisas têm sido realizadas com o fito de expandir a previsibilidade de modelos do relacionamento conjugal. Rogge (2003), por exemplo, desenvolveu algoritmos não lineares para explorar e prever os fatores preditores de discórdia conjugal e de divórcio, nos primeiros estágios do casamento. Usando um modelo de dois fatores, neuroticismo e hostilidade como preditores de dissolução conjugal, este autor foi capaz de prever, em uma amostra de 85 casais de

Munique, Alemanha, com 65% de precisão, quais casais permaneceriam casados e quais se separariam nos primeiros 5 anos de casados. A presença de comunicação negativa previa, por outro lado, insatisfação com o casamento nos casais restantes.

Em outro estudo, Rogge (2003) estendeu sua análise a 480 casais de recém-casados de Búfalo, (New York, EUA) e 172 casais de Los Angeles (Califórnia EUA). Medidas de agressão física e verbal foram usadas para prever o divórcio e medidas de estresse, traços de raiva e comunicação empobrecida para prever insatisfação conjugal, em 3 anos do estudo. Os casais da amostra de Búfalo foram classificados com 52% de precisão no caso de divórcio. Quando, no algoritmo, incluiu-se o grupo racial este nível subiu para 57%. Quando foram incluídas as presenças ou ausências de crianças, de modo diferenciado, no algoritmo este nível subiu para 64%.

O algoritmo resultante foi aplicado prospectivamente à amostra de casais de Los Angeles, sendo foi capaz de prever com 60%-66% de precisão o desenvolvimento da relação conjugal em três anos. Estes resultados trouxeram importantes contribuições pois:

- refinaram a compreensão de como fatores envolvidos podem ser utilizados para prever o desenvolvimento da relação conjugal nos primeiros anos de casamento;
- melhoraram os modelos de predição incluindo variáveis como grupo racial e parentalidade anterior ao casamento;
- apresentam um algoritmo com múltiplas variáveis e não linear para predição;
- e provém a primeira evidência de validação prospectiva de algoritmos preditivo com fatores psicossociais.

É importante notar que o uso de modelos não lineares pode melhorar a previsibilidade de divórcio a partir de fatores psicossociais. Mas cabe ressaltar que modelos preditivos em relação ao divórcio padecem de dificuldades metodológicas inerentes ao seu objeto. Considerando o aumento da taxa de divórcio no ocidente, que chega a mais de 50% dos casais, e que mais da metade dos divórcios ocorrem até os 4 primeiros anos de casados, é de se esperar que modelos atinjam níveis melhores de previsibilidade.

Gottman e Levenson (1992) notam o pouco conhecimento obtido por estudos epidemiológicos, que não fornecem nenhuma teoria coerente sobre como casais interagem e os seus riscos de rompimento de relações conjugais, lembrando, ainda, que a insatisfação conjugal pode ser um processo independente do rompimento do vínculo conjugal, como já fora apontado por Laederer e Jackson (1968).

Outros estudos (Levinger e Moles, 1979; Emerly, 1988; Blomm, White e Archer, 1978), forneceram muito poucos dados sobre os padrões de interação conjugal que levavam a separação, falha que decorre, em parte, por tratar a separação e o divórcio como variáveis independentes, mais do que como variáveis dependentes, preocupando-se mais com os efeitos do divórcio que seu processo antecedente.

Rusbult (1980) desenvolveu um modelo de investimento baseando-se no pressuposto de que três variáveis principais influenciariam a continuidade ou término de relações conjugais: o nível de satisfação com a relação atual, a qualidade das alternativas e os investimentos conjuntos do casal. Para este autor, a diferente combinação de níveis entre os três variáveis levaria à continuidade ou ruptura, e à satisfação ou insatisfação com a relação.

Estes estudos e teorias podem ser criticados pois tratam de eventos psicossociais como variáveis independentes, mas em uma perspectiva sistêmica podem estar circularmente relacionados. Abordagens interacionais formam propostas voltando para a análise do sistema conjugal em andamento. Elas foram sugeridas como uma abordagem útil para compreensão dos padrões de funcionamento de um casal, desde a emergência da Terapia Sistêmica de Família (Watzlawick et al. 1977). No entanto, apenas tardiamente, na década de 1980 e 1990 é que se realizaram estudos sobre os padrões de interação em andamento. As razões para tanto são compreensíveis.

Primeiro, a Psicologia, durante muitos anos identificou o seu objeto com o estudo do indivíduo e seus processos específicos como memória, inteligência, psicopatologia etc e não com interações em andamento. Em segundo lugar, as primeiras pesquisas, sobre as raízes psicopatológicas ou disfuncionalidade psicológicas como parte do sistema em andamento, resultaram pouco convincentes. Em artigo de revisão sobre o tema, Frank (1965) concluiu que não

havia relações entre a psicopatologia e os processos familiares, sendo as disfunções melhor compreendidas como perturbações causadas por problemas individuais. O problema inicial parece ter sido que as teorias e pesquisas propostas pelos teóricos sistêmicos falharam nos desenhos experimentais pela inadequação dos métodos de avaliações e da análise estatística usada para avaliar os modelos.

No entanto, novos métodos de pesquisa têm sido desenvolvidos levando a robustas descobertas e relações neste campo. De fato, se pudermos rever a história do estudo da personalidade deveremos concluir que suas descobertas só fazem sentido em um campo interacional e não no estudo isolado do indivíduo (Buelchman, Gottman e Katz, 1992). As características destes estudos têm sido:

- uma cuidadosa abordagem psicométrica, particularmente quanto à validade externa dos construtos, e com um enquadre multi-metodológico.
- uma ênfase em técnicas de observação quantitativas e qualitativas.
- exploração das formas de interação entre indivíduos em processo temporal, especificando padrões de interação.
- o uso de métodos estatísticos sofisticados e mais adequados ao objeto, caracterizado por um padrão de fluxo interativo mais do que qualidades estáticas, em especial teorias e modelos não lineares.
- uma abordagem em estudos longitudinais prospectivos e preditivos.
- uma abordagem desenvolvimental, tendo a vida familiar como enquadre.
- estudos de famílias ou casais considerados de alto risco em estudos epidemiológicos.
- uma ênfase em experimentação ou teste de campo de modelos.

Esta abordagem tem gerado, nas últimas décadas, importantes resultados embora as implicações para a terapia de casais e de família tenham sido pouco exploradas. Alguns dos estudos mais significativos representam tanto tendências metodológicas como resultados relevantes.

Gottman e Levenson (1992), por exemplo, identificaram processos de interação conjugal que puderam ser descritos em um modelo de “tipo cascata” da dissolução matrimonial, descrevendo o processo de separação em uma hipótese simples que envolve baixa satisfação conjugal, levando à consideração, por um ou

ambos os cônjuges, da possibilidade de se separar, levando à separação real, seguida de reconciliação e, levando ao divórcio. Uma importante mudança metodológica, introduzida neste estudo, foi à observação em laboratório da interação conjugal real, em uma entrevista com tarefas estruturadas, após o casal ter passado pelo menos 8 horas sem interagir. Nesta entrevista o casal deveria, em três momentos sucessivos, durante 15 minutos cada, discutir sobre; os fatos do dia; uma situação problemática do casal e uma situação agradável de concordância mútua. Após cada discussão ocorria um intervalo de 5 minutos, no qual ocorria uma gravação da interação do casal, e além disso eram realizadas medidas fisiológicas. Cada cônjuge foi convidado, dias depois, a assistir separadamente a gravação dos períodos de intervalo da entrevista, e a indicar em um dial com nove posições, que ia de muito desagradável, a muito agradável, com neutro no meio da escala, como se sentia no episódio da interação. Os valores desta medida subjetiva de satisfação/insatisfação eram acumulados sucessivamente em relação à interação em andamento, gerando padrões predominantemente positivos, ou negativos.

Isto permitiu separar os casais em dois grupos: “regulados” na qual a medida era predominantemente positiva, e “não regulados”, com o predomínio de medidas negativas. Este procedimento foi repetido, mais uma vez, quatro anos mais tarde, e também foram coletados dados da vida do casal, através de entrevistas suplementares e questionários. Os casais “não regulados” diferiam dos “regulados” por apresentarem: problemas conjugais mais severos; menor satisfação conjugal; saúde mais pobre; menor amplitude de pulsação cardíaca nos dedos durante as interações; maior número de interações negativas; expressões emocionais mais negativas em situações de conflito; menos expressões emocionais positivas nas interações; mais inflexibilidade e fuga nas discussões; maior defensividade; maior risco de dissolução conjugal.

A análise dos dados forneceu apoio à hipótese de um modelo em cascata no qual: casais que se divorciaram tendiam a ter se separado e reconciliado antes; casais que se separaram e reconciliaram relatavam ter considerado a dissolução antes, e casais que consideraram a dissolução, apresentavam menor satisfação conjugal na segunda medida e na primeira medida que os casais que permaneceram casados.

Foi testado um outro modelo linear alternativo, para avaliar a adequação do modelo em cascata, sendo realizado um teste de análise da variância entre os dados. A confirmação deste modelo alternativo significaria que não existiria cascata de eventos e que, portanto, não seria possível prever, através de marcadores, a futura dissolução conjugal. Este modelo não se ajustou aos dados, sugerindo que o modelo em cascata aproximava-se melhor da descrição da dinâmica conjugal disfuncional (Gottman, e Levenson, 1992).

A metodologia introduzida por Gottman e Levenson (1992) gerou diversos trabalhos voltados para o desenvolvimento de modelos não-lineares para o desenvolvimento do casamento, (Gottman, Swanson e Murray, 1999; Gottman e Levenson, 1999 a, 1999 b; Gottman, 1998), padrões de relacionamento conjugal (Parsupathi, Carstensen, Levenson, Gottman, 1998; Gottman e Levenson, 1999a, 1999b) e preditores de dissolução conjugal e de insatisfação conjugal (Carrere e Gottman, 1999; Gottman e Levenson, 1999a; Gottman, Murray, Swanson, Tyson, Swanson, 2004), entre outras contribuições.

Contudo, apesar destes estudos lançarem novas luzes sobre preditores e padrões de relacionamento conjugal, devemos lembrar que:

Conhecer alguns dos fatores causais da dissolução conjugal não é suficiente para construirmos um modelo da conjugalidade funcional. Descobertas recentes indicam que casamentos estáveis e satisfatórios são baseados em uma série de processos conjugais e comportamentos que são mais que simplesmente a ausência de processos disfuncionais. (Carrere e Gottman, 1999, p. 3).

É necessário, pois, descrever estes fatores em uma teoria coerente, que permita não só a previsão de possíveis riscos para o laço conjugal, mas que esclareça sua relação com os processos psicossociais, possibilitando, ainda, seu uso na avaliação das mudanças realizadas em intervenções psicoterapêuticas.

O simples uso de marcadores e preditores como variáveis a serem manipuladas em modelos terapêuticos não tem se revelado útil para melhora da eficácia terapêutica (Gottman, 1998). Gottman (1998) nota o impasse aparente destas tentativas uma vez que pouco parecem ter contribuído.

Talvez este resultado possa ser explicado pelo fato de marcadores e preditores simplesmente não serem variáveis, mas apenas indicadores de um dado padrão em andamento que não pode ser alcançado pela simples ativação dos

marcadores e preditores. Preditores e marcadores seriam assim melhor compreendidos como indicadores de processos sistêmicos de estabilidade e mudança.

Outra questão importante é que, como indica Hoffman (1995) entre outros autores sistêmicos, sistemas disfuncionais apresentam padrões de maior rigidez e conseqüentemente padrões mais previsíveis. Assim, paradoxalmente, quanto mais disfuncional for um casal mais poderíamos descrever modelos previsíveis de suas interações.

Outro ponto a se notar é que a metodologia adotada por Gottman e Levenson (1992) fundamenta-se em um escala eminentemente subjetiva. Cabia aos sujeitos relatarem como se sentiam, subjetivamente, naquela interação. Isto implica que, na realidade, o que era avaliado era ao padrão ajuste subjetivo ao episódio como expressão de uma relação como um todo. E é o padrão de avaliação subjetiva combinada que permitiria avaliar o fluxo da experiência conjugal como processo sistêmico, revelando assim atratores da relação conjugal. É importante notar que este método permitiu uma abordagem matemática e não metafórica do processo conjugal.

Em um outro estudo significativo, por abordar a experiência subjetiva em modelos preditivos, Buechelman, Gottman e Katz (1992) procuraram explorar em um estudo longitudinal com 52 casais a construção da história oral do casal, obtida através de uma entrevista estruturada (Oral History Interview, Korkoff, 1984; Krokof e Gottman, 1989). Os aspectos analisados foram nove fatores presentes na história oral do casal:

- a) Carinho/afeição; tanto do marido quanto da esposa, que reflete o quanto o casal relata estar amando um ao outro.
- b) Negatividade quanto ao esposo; indicando quanto os esposos são vagos ou generalistas, quanto o que o atrai ao seu parceiro, a extensão na qual mostra seu afeto negativo durante a entrevista e o quanto são críticos em relação ao esposo durante a entrevista.
- c) Espansividade/fuga; de ambos os esposos, é uma dimensão que indica o quanto cada esposo expressa os seus sentimentos durante a entrevista de forma clara e intensa ou o quanto foge de seus sentimentos.

- d) Conjugalidade/individualidade; indica o quanto cada um dos esposos identifica a si como membro do casal ou como indivíduo em separado e independente.
- e) Estereotipia de gênero; indicando o quanto tradicional o casal é em suas crenças e valores. E ainda como expressam suas emoções e como se comportam em termos de papéis de gêneros.
- f) Relato de conflitos conjugais; este fator subdividia-se em:
  - a. Volatilidade; indicando a intensidade da expressão emocional do casal em ambos os sentidos positivo e negativo. Indicando a intensidade de sentimentos que o casal revela ter um pelo outro.
  - b. Caos; é a dimensão que indica quanto controle o casal relata ter controle sobre sua própria vida.
  - c. Glorificando a luta; indica o quanto o casal relata o lidar com os conflitos conjugais como sendo algo que vale a pena e do qual tem orgulho de ter feito e superado.
  - d. Desapontamento conjugal; indica quais casais desistiram de seus casamentos. Casais que se sentem abatidos ou deprimidos usualmente caem nesta categoria.

A análise das variáveis foi capaz de predizer, em um período de 3 anos de acompanhamento, quais casais separariam e quais não, com 93,6% de precisão. A totalidade dos casais que se separaram (100%) foram indicados pela função dos preditores. Apenas três casais que permaneceram estáveis foram inadequadamente identificados como casais instáveis no período. Sendo possível, no entanto, que a variação se deva ou a mudanças no sistema conjugal destes casais, ou ao tempo insuficiente para a separação se consumar.

A história oral relacionava-se também, na primeira avaliação com a capacidade e estilo de solução de problemas, o afeto do casal, e aspectos fisiológicos. Co-variava também com satisfação conjugal em ambas medidas inicial e após 3 anos.

Estes resultados são significativos. Os autores encontram evidencia na entrevista de história oral de uma dimensão básica relacionada com casais que



eram altos ou baixos em; carinho/afeição do marido em relação à esposa, sentimento de conjugalidade, negatividade, e caos expresso pelo casal.

Descobriram que nos casais divorciados os maridos apresentavam índices baixos em conjugalidade, carinho/afeição, expansividade, e altos em negatividade e desapontamento conjugal. A baixa dimensão de conjugalidade e alto desapontamento conjugal foram as dimensões associadas ao discurso da esposa. As outras variáveis associadas ao fator de divórcio foram o quão caótico o casal sente que está sua vida e, inversamente, o quanto glorifica suas lutas.

Em suma, estes resultados não só permitiram prever o desenvolvimento futuro do relacionamento conjugal a partir de como o casal descreve o seu relacionamento como também são compreensíveis teoricamente.

Os casais que se divorciaram, na avaliação pela entrevista, eram os com os mais baixos indicadores nos fatores carinho/afeição, glorificar a luta e conjugalidade, e mais altos índices nos fatores negatividade, caos, e desapontamento com o casamento. Na observação comportamental estas dimensões estão relacionadas com negatividade e ausência de positividade em situações de solução de problemas.

Do ponto de vista biológico, a negatividade está associada com estresse fisiológico, enquanto que a positividade esta associada à tranqüilidade. O primeiro este está relacionado com a mediação do padrão de experiência emocional e memórias. Buelchman, Gottman e Katz (1992) concluem que:

Nós inicialmente pensamos que poderia ser útil para o trabalho clinico uma entrevista que poderia indicar processos que seriam preditores de dissolução conjugal. Tal entrevista faria tais processos observáveis pelos clínicos. Nós concluímos agora que desenvolvemos tal entrevista. Nos agora sugerimos que clínicos procurem utilizar este tipo de entrevista. (p. 311).

Outras descobertas quanto aos padrões interacionais, presentes em relações conjugais que evoluíram para situações de divórcio, foram observadas no estudo de Gottman e Levenson (1992). No qual procuram estudar os diferentes preditores presentes nos casais que se divorciavam em períodos de até 7 e 14 anos.

Os estudos sobre divórcio indicam dois períodos mais críticos para as relações conjugais, o período médio de 7 anos, até o qual metade dos divórcios ocorre e o período no qual os filhos atingem a adolescência que coincide com a

metade do tempo de casado e com o ponto mais baixo de satisfação conjugal, conforme revelado nas pesquisas.

Gottman e Levenson (1992), neste estudo, avaliaram variáveis não interacionais e as interações de 200 casais voluntários, que responderam a um anúncio, em duas situações de conflito e de discussão dos eventos do dia a dia, após 8 horas de separação entre os cônjuges. Estas foram utilizadas para prever o divórcio nos dois períodos críticos.

Afetos negativos durante o conflito prediziam divórcio mais cedo mas não prediziam divórcio tardio. Já a ausência de afetos positiva, durante os eventos do dia a dia e durante o conflito, predizia divórcio tardio, mas não o divórcio mais cedo na vida conjugal.

A predição foi possível em um período de 14 anos de estudo com um modelo que incluía a satisfação conjugal, pensamentos de dissolução conjugal e interação afetiva em ambas as conversações, com um índice de 93% de precisão.

Estes estudos demonstraram que é possível prever o divórcio, com um grande grau de precisão, em modelos que incluem satisfação/insatisfação conjugal, pensamentos sobre os divórcio, e padrão de esposa demandando e marido esquivando, todos eles, prediziam divórcio e instabilidade conjugal.

Dois padrões interacionais distintos foram percebidos e relacionados com diferentes momentos de dissolução conjugal. Casais que na primeira avaliação revelaram níveis mais altos de criticismo, defensividade, competição, fechamento e negatividade afetiva tenderam a se separar mais cedo do que casais estáveis e casais que se divorciaram mais tarde.

Os casais que se divorciaram mais tarde se diferenciaram de casais que permaneceram estáveis em não demonstrar afetos positivos nas interações, particularmente durante a solução de conflitos.

Aparentemente, a presença de intenso conflito e insatisfação conjugal e afetos negativos tornam difícil para os conjugês permanecerem em um casamento mesmo por um curto período de tempo. Por outro lado, mesmo que não existam conflitos expressos e afetividade negativa, a simples ausência de afetos positivos é suficiente para indicar o futuro rompimento conjugal. Porém, é possível, neste caso, que o casal suporte a situação por um tempo mais longo.

Este estudo também oferece suporte para hipóteses sistêmicas do padrão de demanda e retirada, observado em casais que se separaram a curto ou longo prazo. As mulheres que começavam uma interação de solução de conflito negativamente eram aquelas casadas com maridos mais raivosos e competitivos. Por outro lado, havia um menor número de esposas demandando e maridos retirando-se, durante um conflito, quando se revelava maior nível de afeto entre os esposos na tarefa de conversação sobre o dia a dia. Este padrão parecia ser menos uma função das diferenças de gêneros durante conflitos e mais um residual de quão bem o casal conecta-se afetivamente no dia a dia, quando o conflito não é o tópico do momento.

E é interessante que a predição de divórcio pudesse ser feita ao se examinar uma conversa, trivial de um casal, de 15 minutos sobre o dia a dia após 8 horas sem se ver:

Em um primeiro exame esta conversa parecia ser bastante neutra (e de acordo com alguns dos codificadores mesmo aborrecida) para quase todos os casais. Não ficamos surpresos que o afeto nesta conversação tivesse poder preditivo para assegurar a estabilidade futura do casamento. (Buechman, Gottman e Katz 1992).

A abordagem interacional revelou ter um poder de predição muito maior, até cinco vezes, sobre variáveis não interacionais, demográficas ou do indivíduo isoladamente em estudos publicados até então.

Em um artigo posterior, Gottman e Levenson (2002a) exploraram o desenvolvimento de um modelo de dois fatores para o tempo do divórcio em uma hipótese *pos hoc*. Para tal consideraram que na literatura encontramos descrições de dois grandes períodos nos quais divórcios ocorrem: até os primeiros 7 anos de casamento e, até o início da adolescência dos filhos ou metade do curso usual do casamento.

Utilizaram em sua análise dados de um estudo longitudinal de 14 anos. A mostra analisada foi de 21 casais, de 72 estudados, que se divorciaram no período. Um dos fatores observados relacionava-se com a intensidade não regulada de afeto, tanto positivo como negativo, na relação conjugal, predizendo um casamento mais breve temporalmente. O segundo fator foi chamado de “estilo

afetivo neutro” e se caracterizava pela ausência de expressão afetiva, positiva ou negativa, e predizia um casamento mais longo, mas terminando em divórcio.

Os autores concluíram que estes dados sugeririam que diferentes abordagens terapêuticas devem ser implementadas em casais com diferentes padrões de engajamento emocional. Assim, estratégias de gerenciamento emocional e técnicas comunicacionais seriam adequadas para os casais que apresentam o primeiro padrão, e estratégias de abertura e expressão emocional para os casais que apresentam o segundo padrão.

Este estudo despertou, contudo, importantes críticas, como as de Dekay Grenno e Houck (2002) que apontaram para o que consideraram importantes dificuldades no estudo de Gottman e Levenson (2002a), ao considerarem que o tipo de análise estatística, análise da variância, inadequado para responder questões relevantes sobre as causas e o tempo do divórcio. Os pontos principais de sua crítica seriam:

Os modelos de regressão utilizados por Gottman e Levenson (2002a) são inadequados para a análise das causas do divórcio e predição da duração dos casamentos, pois se basearam apenas nos dados dos casais que se divorciaram na amostra. Outros modelos de análise seriam mais adequados. Além disto, consideraram que a distribuição do tempo de casamento não é bi-modal na população em geral ou na amostra de Gottman e Levenson (2002a). E mesmo que fosse, não implicaria em um modelo de dois fatores para o tempo de duração dos casamentos. Assim, o uso por Gottman e Levenson (2002a) da análise dos principais componentes é problemático. Uma vez que as variáveis preditoras são não correlacionadas, existe pouca variância a ser avaliada pelos componentes ou fatores. Considerando que houve uma seleção de variáveis, muitas foram omitidas, a amostra era reduzida, a presença de outros fatores externos, a análise regressiva de Gottman e Levenson (2002a) não deve ser apoiada.

Portanto, os resultados da análise de Gottman e Levenson (2002a) não poderiam servir de guia para nenhuma sugestão quanto a modelos clínicos de tratamento ou intervenção com casais. Todavia, eles consideraram a questão abordada como relevante, mas propondo outro tipo de análise e modelo; o *modelo de duração*, que seria mais adequado.

Em sua réplica às críticas de DeKay et al. (2002), Gottman e Levenson (2002b) consideraram que sua análise era apropriada, uma vez que seu objetivo era explicitamente especular sobre fatores presentes no complexo universo da conjugalidade e seu processo de rompimento:

Quando especulando alguém pode fazer uma importante contribuição simplesmente por ser interessante, e não necessariamente por estar certo. O propósito de nossa especulação era gerar discussão e afinal conseguimos nosso objetivo. (Gottman e Levenson, 2002b, p. 105).

Notam, ainda, que Modelos de Duração seriam inadequados pois, conceitualmente, não faria sentido analisar em um mesmo grupo os que se divorciaram e os que permaneceram casados, uma vez que o objetivo da especulação era traçar as características específicas dos primeiros. Consideraram importante salientar que pesquisas longitudinais, da envergadura do estudo usado como fonte de dados, são raras e que especular sobre estes resultados pode ser importante para fornecer idéias e questões para novas pesquisas. Assim, o modelo de predição para casais que se separariam a médio ou longo prazo pode e deve ser avaliado em futuras pesquisas.

#### 4.4

#### **Marcadores e preditores de ajustamento pós-divórcio**

Estudos realizados sobre os padrões de ajustamento pós-divórcio têm se concentrado sobretudo em pesquisas epidemiológicas e indicam que indivíduos que se divorciam experimentam menores níveis de bem estar psicológico e maior sofrimento emocional (Wang e Amato, 2000). Este dado não é inesperado, considerando-se o confronto com diversos estressores incluindo dificuldades financeiras, mudanças na rede social, mudanças. (Wang e Amato, 2000). Porém, é grande a variação de padrões de ajustamento pós-divórcio, com alguns casais recuperando-se rapidamente, enquanto outros permanecem em estado de aparente confusão e dor.

Não foram encontrados na literatura estudos sobre os padrões de interação como preditores ou marcadores de evolução psicossocial pós-divórcio. Os estudos

existentes têm focado sobre fatores psicossociais, descrevendo como sofrimento psicológico (Alseltine e Kessler, 1993), Auto-estima (Marks e Lambert, 1998), abuso de substâncias (Doherty, Su, Needle, 1989) entre outros influenciam. Outros fatores apontados foram estudados tais como as fontes de recursos

Muitos estudos, como por exemplo o de Shapiro (1996) têm mostrado como educação, nível de emprego e ganhos são relacionados positivamente ao ajustamento psicológico entre indivíduos divorciados. Este autor descreve como a recuperação psicológica está relacionada, não com quanto objetivamente o indivíduo ganha, mas com sua percepção subjetiva de sua capacidade econômica.

Diferenças na capacidade de manter a rede de relações sociais também é um fator significativo como fonte de suporte social. Alseltine e Kessler (1993) mostram que o tamanho da rede social é um importante preditor pós-divórcio. No entanto Milardo (1987) nota uma distinção entre parentes e amigos. Os amigos tendem a ser apoiadores, enquanto que os parentes tendem a ser mais críticos. Mas são as relações íntimas que tendem a ser as grandes facilitadoras no ajustamento pós-divórcio. Estudos mostram que o nível de bem estar é maior entre os indivíduos que estão engajados em novos relacionamentos (Garvin, Kalter e Hansell, 1993), ou se recasaram (Marks e Lambert, 1998).

O recasamento, além do apoio emocional, fornece também uma base econômica mais sólida aumentando a sensação de segurança (Shapiro, 1996). Além disto um novo relacionamento diminui a preocupação com o ex-cônjuge diminuindo os conflitos, mas dificultando em alguns casos o funcionamento parental, quando existem filhos (Kitson, 1992).

Em relação à atitude, Boolh e Amato (1991) relatam que indivíduos, que são mais conservadores em relação ao divórcio durante o casamento, tendem a maior depressão e tristeza pós-divórcio que os indivíduos que são mais liberais nas suas atitudes. Por outro lado, estes autores notam que indivíduos que são infelizes no casamento, relatando muitos problemas neste, tendem a se adaptar mais rapidamente no pós-divórcio.

A percepção de controle sobre o processo de divórcio tem também um efeito positivo na superação da situação, sugerindo que pode ser mais fácil para o parceiro que inicia o processo de divórcio. Isto é consistente com o estudo de Wallestein (1986) que descobriu que os indivíduos que iniciaram o processo de

divórcio relatam uma melhoria na qualidade de vida maior do que os indivíduos que se opuseram ao divórcio. Além disto, são também mais desapegados dos ex-conjuges (Kitson, 1982).

Estes estudos não indicam, no entanto, que iniciar o processo de divórcio seja menos estressante, mas que talvez seja o cônjuge que experimenta maior nível de estresse com o casamento e que tenha elaborado o processo de perda e separação, antes do outro parceiro, que inicie o processo. Por outro lado, ao assumir a separação estes conjuges tem de lidar com grande quantidade de culpa (Emerly, 1994). Parece que ambos os parceiros experimentam grande sofrimento mas em momentos diferentes do processo de divórcio.

Kitson (1992) relata que os cônjuges experimentam o maior sofrimento durante o período de decisão, quando o casamento está intacto, do que em todo correr do processo de divórcio, ou após.

Em relação aos gêneros existe uma divergência quanto a este fator como preditor de ajustamento pós-divórcio. Doherty, Su e Needle (1989), por exemplo, relatam que homens seriam menos afetados pelo divórcio que as mulheres, pois teriam menos perdas econômicas e seu bem-estar psicológico tende a melhorar rapidamente. As mulheres, por outro, lado tenderiam a piorar com o divórcio e desenvolver adições a álcool e drogas, como estratégias para lidar com solidão e dificuldades. Outros autores, como Wallestein (1986), relatam que os homens seriam mais afetados pelo divórcio pois normalmente são as esposas que iniciam o processo, têm um relacionamento usualmente mais pobre quanto à intimidade se comparado às mulheres e usualmente perdem a custódia dos filhos. Masheter (1991) relata que homens divorciados experimentam uma ligação mais persistente com suas ex-esposas que as mulheres divorciadas. Porém, outros estudos não relatam diferenças significativas entre os gêneros (Ross e Wu, 1995)

Os efeitos da idade também são inconsistentes com alguns pesquisadores apontando as dificuldades de indivíduos mais velhos lidarem com a situação e com mais problemas que divorciados mais novos (Fansworth e Lund, 1989). Mulheres mais velhas experimentariam mais sentimentos de raiva e ansiedade que divorciadas mais jovens, e menores chances de recasarem-se (Wallestein, 1986)

A presença de filhos parece afetar também a situação. Mães com guarda dos filhos têm dificuldades de manter jornada dupla de trabalho, com sucesso

profissional ou se casar novamente. E mesmo que se casem apresentam maior dificuldade de estabelecer relações sem estresse. (Coysh e al. 1989). A presença de filhos também afeta a rede social e mães divorciadas com filhos recebem mais desaprovação de parentes sobre seus relacionamentos que divorciadas sem filhos. Além disto, em divórcios com filhos os encontros entre os ex-conjuges são uma potencial fonte de estresse e conflito.

Para os homens divorciados perder a custódia e convívio com os filhos é o maior estressor de ajustamento pós-divórcio (Umberson e William, 1993). Consistentemente, outros estudos mostram que presença de crianças tem efeitos positivos no bem estar dos pais divorciados, fornecendo apoio emocional especialmente a mães (Amato, Rezac e Booth, 1995)

Até o momento, poucos estudos foram feitos sobre os efeitos da etnia sobre o ajustamento pós-divórcio com resultados conflitantes. Kitson (1992) relata que os afroamericanos adaptam melhor e experimentam menos preconceito com respeito a serem divorciados que americanos brancos. Neff e Schluter (1993) relatam que os efeitos do divórcio são similares entre afroamericanos, brancos mexicanos.

Alguns estudos sugerem que o ajustamento pós-divórcio melhora com o tempo (Booth e Amato, 1991; Kitson, 1992) enquanto outros estudos não encontram diferenças relacionadas ao tempo de divórcio, a menos que os indivíduos recasem (Alsentine e Kessler, 1993).

Esses estudos, no entanto, revelam problemas metodológicos quanto a sua realização, pois possuem uma amostra muito reduzida ou específica e selecionada, além de analisarem dados transversais e não longitudinais. Além disto, focalizaram aspectos isolados e não relacionados diretamente com os fatores ligados ao ajustamento pós-divórcio em si.

Um estudo que procurou contornar estes problemas foi o de Wang e Amato (2000), que utilizaram dados de 208 indivíduos que se divorciaram em um estudo longitudinal de 17 anos, fundamentando-se na Teoria de Estresse e Ajustamento (McCubbin e Patterson, 1983). Essa teoria propõe que o ajustamento ao divórcio depende de três grupos de fatores; o conjunto dos estressores presentes, os recursos dos indivíduos para lidar com situação, e as percepções e definições sobre o divórcio. Diferentemente do que a teoria previa encontrou-se poucas



evidências que estressores como perda de ganhos financeiros, perder amigos, ou se mudar, afetasse o ajustamento pós-divórcio, exceto nos casos de indivíduos desempregados ou que perderam o emprego. O ajustamento foi associado com ganhos, estar relacionando-se amorosamente com alguém, recasar-se, ter atitudes favoráveis ao divórcio, antes do divórcio e ser o parceiro que inicia o divórcio. Indivíduos mais velhos mostraram evidência de um ajustamento mais pobre que os mais novos. Não foram encontradas diferenças de gêneros ou efeito de nível de educação.

#### 4.5

#### Implicações para uma visão clínica

Os estudos interacionais trazem importantes contribuições, para a clínica de casais, ao sugerir direções e intervenções.

Em um nível mais global, o que parece ser necessário é aumentar o afeto positivo e reduzir o negativo durante e antes dos conflitos conjugais. Desta forma pode-se criar um padrão de afetos positivos estabilizadores como objetivo primário. Segundo diversas pesquisas este é o padrão básico através do qual os casais podem regular o conflito e sem ele, em uma discussão o casal entrará em um padrão de escalada de retaliações negativas (*quid pro quo*).

Assim, é possível reduzir o grau de reciprocidade de afeto negativo implementando-se mais técnicas de reparo, reduzindo os comentários severos nas discussões, reduzindo a defensividade e aumentando a calma psicológica. Já os aspectos pré-interacionais também podem e devem ser abordados reduzindo o início de discussões com comentários severos, trocando o desprezo por admiração e afeto. Quanto aos aspectos interacionais, estes podem também ser trabalhados ensinando-se ao casal como responder à raiva construtivamente, incrementando as conexões emocionais e auxiliando aos casais a entender e valorizar o significado dos objetivos e sonhos dos parceiros.

Sugerir direções de mudanças não é o mesmo que realizá-las. Neste sentido, os estudos interacionais indicam mais marcadores e preditores de casais que aparentemente se encontram em padrões mais funcionais ou não. Uma teoria da

mudança psicológica se faz necessária para compreensão da ação das intervenções terapêuticas.

A arte e a ciência da Terapia de Casal repousam na capacidade que o terapeuta tem de identificar a dinâmica do casal e ser capaz de interagir de modo produtivo. O estudo de casais pode contribuir para uma visão mais rica da dinâmica conjugal ao descrever aspectos dessa dinâmica. Os resultados de pesquisas com casais podem ser sumarizados em alguns pontos.

A conjugalidade enquanto processo psicossocial encontra-se marcada pelo ciclo de vida da família, ou seja, pela construção e experiência do contexto familiar como enquadre relacional. Tanto os aspectos sociais quanto biológicos estão relacionados com padrões de funcionamento do casal que no entanto exibem propriedades emergentes, características próprias, como sistema emergente, que são irredutíveis tanto ao social como ao biológico, porém, expressando suas tensões e influências.

Assim, o sistema conjugal como construção compartilhada interage construindo uma relação que ao mesmo tempo mantém e reflete as subjetividades dos cônjuges. Este fluxo, todavia, não é aleatório ou pelo menos possui, ao se observar o sistema como um padrão de fluxo de interação abordável por teorias dinâmicas não lineares, padrões que refletem a dinâmica conjugal em vários níveis. Tais padrões são marcadores de dinâmicas do sistema conjugal, indicando, como preditores, padrões em longo prazo de funcionamento ou ruptura do sistema conjugal.

A estabilidade destes padrões na dinâmica conjugal, indicada pela predictibilidade, sugere que são pouco influenciados por eventos usuais na história do casal. O fato de poder se prever que casais permaneceriam casados ou se divorciariam revela uma certa independência homeostática do sistema conjugal tal como teoriza a abordagem sistêmica.

Os aspectos interculturais parecem ter pouca influência na emergência destes padrões, pois parece que eles se mantêm apesar das variações culturais, indicando que outros parâmetros ou construções é que estariam operando.

Os estudos preditivos são sistêmicos pois abordam interações e padrões da dinâmica destas interações. Focam expressões de afetos em interação, revelando, na maior parte dos estudos, dificuldades de performance e não de competência

comunicacional. São avaliações que refletem múltiplos contextos influenciando a interação do casal, porém, mediadas pela interação emocional.

Os estudos sobre padrões de conjugalidades revelam padrões na interação, que são estáveis ao longo de anos, ao resultarem diferentes evoluções da relação conjugal, podendo indicar a presença de atratores de estabilidade e mudança. Resumidamente indicam tipos de interação característicos de:

Casais com satisfação conjugal:

- Concordância emocional em casais felizes.
- Menor anulamento de sentimento positivo.
- Casais felizes são mais randômicos nas suas interações.

Casais com insatisfação conjugal:

- Maior reciprocidade negativa, associada a falhas de reparos e edição na comunicação conjugal.
- Menor razão de expressão de sentimentos positivos para negativos em casais disfuncionais e casais encaminhando-se para o divórcio.
- Presença de criticismo, defensividade, desdém e evasivas em casais encaminhando-se para divórcio.
- Grande evidência de padrões de esposa demandando e marido evadindo em casais infelizes.
- Atribuições e lástimas sobre o parceiro em casais infelizes.
- Número maior de narrativas infelizes sobre o casamento e o parceiro.
- Maior estresse fisiológico em casamentos infelizes.
- Casais infelizes exibem maior rigidez nas interações.
- Casais infelizes apresentam uma menor reciprocidade negativa.

Casais estáveis:

- Maior satisfação conjugal.

Casais instáveis:

- Menor razão entre expressão de afetos positivos para negativos em casais disfuncionais e casais encaminhando-se para o divórcio.
- Presença de criticismo, defensividade, desdém e evasivas em casais encaminhando-se para divórcio em longo prazo.

A tendência a um maior enfoque em metodologias macroanalíticas aparece também em tentativas de identificar as tipologias de casais diferenciados por seus padrões interacionais e estabilidade conjugal. Em um estudo longitudinal de 4 anos, Gottman (1992) descreve dois tipos de casais instáveis; os hostis e hostis-desapegados. E três tipos de casais estáveis: os voláteis, os validadores e os evitadores.

Estes resultados são importantes, pois são indicativos de padrões de interação de atratores ou linhas de evolução que marcam sua presença na relação conjugal nos padrões de interações, mas não são visíveis no indivíduo, emergindo como uma propriedade emergente na relação conjugal e exibindo um certo grau de independência de fatores demográficos. Em outros termos, casamentos satisfatórios podem acontecer até nas piores condições demográficas e psicológicas, bem como nas circunstâncias mais favoráveis poderão ocorrer casamentos disfuncionais.

No entanto, estes estudos não são diretamente deriváveis para psicoterapia, embora possibilitem a construção de modelos de relacionamento do casal que poderiam fundamentar intervenções terapêuticas e modelos de tratamento de casais. São uma importante contribuição, pois a previsão de linhas de desenvolvimento de casais, utilizando modelos e conceitos derivados de construções eminentemente clínicas não tem possibilitado, até agora, prever as linhas de evolução do ciclo conjugal.

Estes estudos têm implicações éticas, pois ser capaz de inferir o fluxo provável não significa que tal informação deva ser passada aos clientes ou usada com força de verdade. Mas pode ser utilizada pelo terapeuta como linha de avaliação sobre o sucesso de suas intervenções, possibilitando o reconhecimento de mudança na dinâmica do casal, ajustando as intervenções, facilitando o relacionamento e o processo terapêutico.

Não foram encontrados tampouco estudos integrando estas pesquisas em modelos de intervenção sistêmicos, mas apenas como extensões de descobertas, tomando preditores e marcadores, que seriam processos sistêmicos, como variáveis (Gottman et al 2004).

Gottman et al. (2004) desenvolveram hipóteses sobre a intervenção terapêutica consistente, com a hipótese de que três aspectos da relação conjugal

precisariam mudar para criar um padrão de relacionamento estável e satisfatório. O primeiro seria aumentar o nível de sentimentos positivos no casamento e os outros dois envolveriam modos do casal regular o seu conflito, aumentando a positividade e diminuindo a negatividade. Isto se daria através da intervenção no modelo no qual a amizade conjugal incrementa o sentimento positivo de anulação, que intensifica a regulação dos conflitos, permitindo a criação de um significado simbólico compartilhado pelos cônjuges para as suas ações. Lidar adequadamente com os conflitos é parte significativa das interações conjugais satisfatórias, uma vez que mais de 69% dos conflitos permanecem na vida de um casal e não são resolvidos (Gottman e Levenson, 1999a).

Uma importante questão é a compreensão dos processos de mudança psicológica e como estes estudos sobre marcadores e preditores podem ser integrados para facilitar as intervenções terapêuticas. Intervenções diretas sobre os preditores têm se mostrado insuficientes, e clientes revelam que muitas vezes são sentidas como artificiais e estranhas a sua subjetividade (Mahoney, 1997, 1991).

Resumidamente, a construção de um modelo de Terapia de Casal, considerando a literatura, deverá incluir uma compreensão sistêmica do processo de mudança, explicitando os processos de intervenção em relação a uma teoria de dinâmica e da mudança. Esta deverá integrar as diversas questões da subjetividade dos clientes, respondendo as demandas em diversos pontos do ciclo conjugal e familiar.

Ser consistente com pesquisa empírica é, neste caso, ressaltar aspectos da subjetividade, mas respeitar a ecologia do casal, considerando sob aspecto sistêmico, o biológico, o psíquico e o social, favorecendo a emergência de processos de auto-organização tanto do casal quanto de cada um dos cônjuges. E assim, ao possibilitar o reconhecimento e manejo de estressores, focar não só as dificuldades mas também a especificidade e criatividade do casal.

Trata-se de uma empreitada longa e complexa, na qual alguns pontos podem ser delineados e algumas questões colocadas como pontos para futuras investigações. Talvez a mais controversa e difícil questão seja a mudança no contexto da psicoterapia, em especial em relação à estabilidade e preditibilidade. Algumas contribuições podem ser, no entanto, traçadas.